

PREGÃO ELETRÔNICO

024/2026

UNIDADE COMPRADORA (UASG)

987823

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA NAS DEPENDÊNCIAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.829.707,80

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/05/2026 às 08:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

(Processo Administrativo n.º 110/2026)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE RIO NEGRO, ESTADO DO PARANÁ, por meio do Departamento de Licitações, sediado na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Bairro Seminário, Rio Negro - PR, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço por ITEM, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Artigo 27 – Inciso XXI da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Municipal n.º 3274/2023, do Manual Simplificado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos da Prefeitura Municipal de Rio Negro adequado à Lei Federal Lei 14.133/2021, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, e demais legislação aplicável e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA NAS DEPENDÊNCIAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, na classificação abaixo:

Código Reduzido:139 Itens: 2, 1
Órgão: 05 - Secret Municipal de Administração - SADM
Unidade: 002 - Departamento Administrativo – da
Ação: 2011 - Serviço Administrativo
Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Subelemento: 3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido:1007 Itens:2, 1
Órgão: 13 - S.M.Obras,Serv Urbanos e Habitação - SOSUH
Unidade: 002 - Depto de Urbanismo e Ser. Público - Dusp
Ação: 2053 - Núcleo de Serviços Urbanos
Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Subelemento:3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido:1090 Itens: 1
Órgão: 14 - Desconcentração Territorial
Unidade: 001 - Administração do Lageado
Ação: 2059 - Serviço de Administração Geral - Lageado
Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Subelemento: 3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido: 570 Itens: 1
Órgão: 09 - Secretaria M de Indústria e Comércio - SIC
Unidade: 002 - Depto de Ind., Com. e Serviços - Eics
Ação: 2032 - Apoio a Indústria, Comércio e Serviço
Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Subelemento: 3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido:605 Itens: 1
Órgão: 10 - Sec. de Agricult. e Meio Ambiente - SAMA
Unidade: 003 - Departamento de Meio Ambiente - Dema
Ação: 2037 - Controle Ambiental



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Subelemento: 3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido: 480 Itens: 2
Órgão: 07 - Sec. Munic de Cultura e Turismo - SECTUR
Unidade: 003 - Departamento de Ação Cultural - Dac
Ação: 2029 - Ação Cultural
Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Subelemento: 3339039789900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido: 635
Itens: 2
Órgão: 11 - Sec. M. Saúde - SMS/Fundo M. de Saúde - FMS
Unidade: 001 - Gabinete do Gestor - Ga
Ação: 2126 - Gestão do SUS
Vínculo: 00303 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
Subelemento: 3339037020200000000 - Limpeza e conservação da saúde pública

Código Reduzido: 778 Itens: 2
Órgão: 11 - Sec. M. Saúde - SMS/Fundo M. de Saúde - FMS
Unidade: 004 - Departamento de Assistência à Saúde - das
Ação: 2135 - Atenção Primária em Saúde
Vínculo: 00303 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
Subelemento: 3339037020200000000 - Limpeza e conservação da saúde pública

Código Reduzido: 688 Itens: 2
Órgão: 11 - Sec. M. Saúde - SMS/Fundo M. de Saúde - FMS
Unidade: 003 - Depto Tec. Apoio as Acoes Saude - Dats
Ação: 2129 - Vigilância Epidemiológica
Vínculo: 00303 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
Subelemento: 3339037020200000000 - Limpeza e conservação da saúde pública

Código Reduzido: 1231 Itens: 2
Órgão: 11 - Sec. M. Saúde - SMS/Fundo M. de Saúde - FMS
Unidade: 004 - Departamento de Assistência à Saúde - das
Ação: 2135 - Atenção Primária em Saúde
Vínculo: 10291 - Incremento PAP - Proposta 36000709453202500 - Emenda 50410001
Subelemento: 3339037020200000000 - Limpeza e conservação da saúde pública

Código Reduzido: 713 Itens: 2
Órgão: 11 - Sec. M. Saúde - SMS/Fundo M. de Saúde - FMS
Unidade: 004 - Departamento de Assistência à Saúde - das
Ação: 2130 - Atenção à Saúde Mental
Vínculo: 00303 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
Subelemento: 3339037020200000000 - Limpeza e conservação da saúde pública

Código Reduzido: 531 Itens: 2
Órgão: 08 - Secretaria Mun de Esportes e Lazer - SEL
Unidade: 002 - Departamento de Esportes e Lazer - Del
Ação: 2078 - Manutenção do Esporte
Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Subelemento: 3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido: 386 Itens: 2
Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação - SMED
Unidade: 004 - Departamento de Infra Estrutura - Die
Ação: 2023 - Educação Infantil/Creche
Vínculo: 00103 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
Subelemento: 3339037020100000000 - Limpeza e conservação da rede escolar

Código Reduzido: 386 Itens: 2
Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação - SMED
Unidade: 004 - Departamento de Infra Estrutura - Die
Ação: 2023 - Educação Infantil/Creche
Vínculo: 00103 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
Subelemento: 3339037020100000000 - Limpeza e conservação da rede escolar

Código Reduzido: 423 Itens: 2
Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação - SMED



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Unidade: 004 - Departamento de Infra Estrutura - Die
Ação: 2110 - Educação infantil/Pré-Escola
Vínculo: 00103 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
Subelemento: 3339037020100000000 - Limpeza e conservação da rede escolar

Código Reduzido: 248 Itens: 2
Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação - SMED
Unidade: 002 - Depto de Educ. Perman. e Profis. - Depp
Ação: 2017 - Ensino Fundamental
Vínculo: 00104 - 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS COM A EDUCAÇÃO
Subelemento: 3339037020100000000 - Limpeza e conservação da rede escolar

Código Reduzido: 286 Itens: 2
Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação - SMED
Unidade: 002 - Depto de Educ. Perman. e Profis. - Depp
Ação: 2102 - Administração
Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Subelemento: 3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido: 833 Itens: 2
Órgão: 12 - Secretaria M de Assistência Social - SAS
Unidade: 001 - Gabinete de Assessoramento - Ga
Ação: 2045 - Serviço de Administração Geral - Assistência Social
Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Subelemento: 3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação sob a modalidade Pregão Eletrônico os interessados previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sistema de compras do Governo Federal www.gov.br/compras, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil. Será realizada em sessão pública on-line, conforme condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

3.2. Para participação neste Pregão as empresas, além de disporem por seus próprios meios, recursos, materiais tecnológicos necessários ao acesso do sistema eletrônico, deverão:

3.3. Atender a todas as condições estipuladas no Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências;

3.4. Estar devidamente credenciadas no sistema compras.gov.br, portal de Compras do Governo Federal, por meio do sítio eletrônico www.gov.br/compras, para acesso ao sistema eletrônico, os licitantes poderão seguir o tutorial disponível na plataforma do pregão eletrônico do compras.gov.br.

3.5. Possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

3.6 Como requisito para participação no Pregão, a licitante deverá manifestar em campo próprio, que cumpre os requisitos para a habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências deste Edital.

3.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e a proposta de preços sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e na Lei 14.133/2021.

3.8. Não poderão participar desta licitação:

3.8.1. Pessoas jurídicas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

3.8.2. A empresa ou sociedade estrangeira;

3.8.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente de órgão ou entidade contratante ou como agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.8.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.5. Pessoa física ou jurídica que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores as condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.8.6. Empresas declaradas suspensas de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Rio Negro, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei 14.133/2021.

3.8.7. Empresas declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso IV da Lei 14.133/2021.

3.8.8. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo os autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8.9. Empresa isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou a empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador acionista ou detentor de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.8.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor do anteprojeto e a empresa que se referem os itens 3.8.9 e 3.8.10, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, da execução da licitação ou gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8.11. Não poderão participar, direta ou indiretamente da licitação ou de execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art 9º da Lei 14.133 de 2021.

3.8.12. Entidades empresariais que estejam em falência e concordata, concurso de credores, em processo de dissolução total ou parcial.

3.8.12.1 É permitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório.

3.8.13 Não poderão participar da licitação sociedades cooperativa nos moldes do Acórdão TCU 1.789/2012 – Plenário, de 11 de julho de 2012.

3.9. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

3.9.1. Estar em nome da licitante, com único número de CNPJ

3.9.2. Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor

3.9.3. Ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema compras.gov.br, incluindo-se a proposta com o objeto ofertado e preço, bem como, os documentos de habilitação.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O licitante deverá credenciar-se previamente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) para utilização do Sistema Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras.

4.2. O credenciamento será realizado mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico; qualquer fato que possa comprometer o sigilo ou a segurança deverá ser comunicado imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



licitante ou de seu representante legal, qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. A licitante responsabilizar-se á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1. Os interessados em participar desta licitação deverão acessar esse sítio, mediante utilização de chave de acesso e senha privativa da licitante, o sistema de compras do governo federal para encaminhar a sua proposta comercial exclusivamente por meio eletrônico, onde conste a descrição do objeto/item a que se refere, bem como, as seguintes informações, no que for cabível:

5.1.1. Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. O prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data-limite prevista para entrega das propostas.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico www.compras.gov.br, que atendem aos requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei 14.133/2021.

5.6. Para fins de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art 48 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, para fins de obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.6.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, mencionadas no artigo 16 da Lei 14.133 de 2021, para agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar 123/2006.

5.7. É vedada qualquer forma de identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

5.8. O cadastramento das propostas iniciar-se á no momento em que for publicado o Edital no sistema www.compras.gov.br, no PNCP e no diário oficial dos Municípios, e encerra-se automaticamente na data e hora marcada para abertura da sessão.

5.9. Antes de inserir a proposta comercial, o licitante deverá manifestar em campo próprio do sistema compras eletrônicas:

5.9.1. O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital, bem como, de que a proposta apresentada compreende a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

5.9.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo a partir de 14 anos na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII da Constituição.

5.9.3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.9.6. A sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou de microempreendedor para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

5.9.5. A falsidade da declaração de que trata os itens acima, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021.

5.10. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar a proposta anteriormente apresentada.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até abertura da sessão pública.

5.12. NO CASO DE ALGUMA INCONSISTÊNCIA (DIFERENÇAS) NO DESCRITIVO DOS ITENS ENTRE O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) E O CONSTANTE NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, **DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).**

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, será aberta automaticamente pelo sistema.

6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta melhor classificada.

6.3. A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.6. A hipótese de exclusão da proposta implica retirada da licitante da participação do certame

6.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.8. A partir da abertura da sessão pública até o encerramento da fase de lances, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes somente poderá ocorrer através do sistema eletrônico, mediante a utilização do campo próprio para a troca de mensagens (chat).

6.9. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.10. A licitante será imediatamente informada pelo sistema do recebimento do seu lance e do respectivo valor consignado no registro.

6.11 **O lance deverá ser ofertado pelo valor UNITÁRIO do item, porém o julgamento será por LOTE/GRUPO**, de acordo como o critério de disputa fixado conforme condições específicas deste edital. Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão.

6.11.1 Não serão aceitas propostas que possuam itens com valor acima do máximo disposto nesse edital, mesmo que a somatória total do lote seja inferior ao valor máximo.



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

6.12. Será adotado para envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.13. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitando o intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir melhor oferta.

6.14. Para a formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

6.14.1. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixo para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

6.15. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.16. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que comprometa, restrinja ou fruste o caráter competitivo do certame, mediante comunicação eletrônica enviada via sistema;

6.17. A hipótese de exclusão da proposta implica NA retirada da licitante da participação do certame.

6.18. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de no mínimo 0,1% (Zero vírgula um por cento).**

6.19. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.20. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.21. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.22. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.23. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.24. Caso ocorra a desconexão e permanecer por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes no sítio eletrônico www.gov.br/compras através de mensagem enviada pelo pregoeiro no chat.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a etapa competitiva de lances, o sistema identificará, em coluna própria, para fins do direito de preferência estabelecido nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas ou empresas de pequeno porte participantes.

7.2. Caso a proposta de menor preço não seja de uma microempresa, o sistema fará uma comparação entre a proposta da primeira colocada e as propostas das microempresas ou empresas de pequeno porte, na ordem de classificação.

7.3. A proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrar na faixa de 5% (cinco) por cento acima da proposta de menor preço, é considerada empatada com a primeira colocada e terá o direito de encaminhar, no prazo de 05 (cinco) minutos, para fins de desempate, uma última oferta, obrigatoriamente em valor menor do que a primeira colocada, sob pena de decadência do direito de preferência.

7.3.1. A convocação e o controle do prazo para o exercício desse direito de preferência serão



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



automaticamente pelo sistema.

7.3.2. Caso desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará para o exercício desse direito, na ordem de classificação, enquanto necessário, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que também se encontrem na condição de empate.

7.4. Ocorrendo proposta de desempate de microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema disponibilizará a nova classificação das propostas para fins de aceitação do pregoeiro.

7.5. Na hipótese de empate, após a fase de lances, entre propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de 5% (cinco por cento) acima da primeira classificada, o sistema fará um sorteio eletrônico entre tais, definindo automaticamente a ordem de convocação para o exercício do direito de preferência de oferta de desempate.

7.6. Não havendo propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte na faixa de até 5% acima do menor preço obtido na fase de lances, ou não havendo êxito no procedimento de desempate, prevalecerá a classificação inicial.

7.7. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempates previstos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.

7.8. O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso com vistas à obtenção de melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

7.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.9. Na fase de aceitação das propostas, o Pregoeiro solicitará o envio de anexos, via sistema www.gov.br/compras (convocação em anexo), relativamente ao último lance ofertado, e também solicitará ao licitante o envio da proposta adequada aos valores do lance final ou da negociação. Os anexos terão por objetivo a comprovação dos requisitos estabelecidos no Edital e/ou demonstrativo de composição de preços.

7.9.1 Juntamente com a proposta atualizada o licitante deverá enviar preenchida a planilha de composição de custos do seu preço, podendo ser usado o modelo disponibilizado no link do anexo V.

7.9.2 Juntamente com a proposta atualizada o licitante deverá declarar de que os valores expostos em sua proposta compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. O prazo para envio dos arquivos da proposta ajustada ao último lance ou negociação será de até 02 (duas) horas úteis contados a partir da convocação do pregoeiro no sistema.

7.10.1. Entende-se como horário útil o horário de funcionamento do órgão 08:00h até 11:30h e das 13:30h até as 17:00h.

7.11. O pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e desclassificará a proposta que:

7.11.1. Contiver vício insanável;

7.11.2. Não obedecer às especificações técnicas definidas no Termo de Referência;

7.11.3. Apresentar preços inexequíveis ou acima do preço máximo definido para a contratação;

7.11.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento convocatório, desde que insanável;

7.11.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

7.11.7. Será desclassificada a proposta que apresentar preço manifestamente inexequível, ou que o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado, ou que não atenda ao descritivo constante do Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital, independente do descritivo da plataforma do Pregão Eletrônico.

7.11.7. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.11.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.12. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos e/ou folhetos.

7.12.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12.2. Havendo necessidade de complementação da proposta atualizada, o pregoeiro solicitará via chat, e convocará, abrindo o prazo de 02 horas para envio da proposta com as complementações necessárias.

7.13. Na hipótese de a proposta ou lance de menor valor não serem aceitos ou se a licitante detentora da melhor proposta desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta de lance que atenda ao edital.

7.14. Não serão aceitos pedidos de desclassificação da proposta (após lances) por parte do licitante, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado conforme disposto na lei 14.133/2021 Art. 155 Inciso V.

7.14.1. Os pedidos de desclassificação serão passíveis de abertura de Processo para apuração podendo sofrer sanções dispostas na lei 14.133/2021 Art. 156.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme art. 14 da Lei 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

8.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação, sendo que considerará-se desclassificada e/ou inabilitada a licitante que:

8.1.4.1. Seja declarada inidônea em qualquer esfera do Governo;

8.1.4.2. Estiver cumprindo penalidade de suspensão temporária ou outra penalidade imposta no âmbito desse município;

8.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei 14.133 de 2021 e manual do município.



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



8.3. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico financeira, será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista. Somente haverá necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante a apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação a integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN 3/2018, art 4º § 1º e art 6º §4º)

8.4. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, será consultado o rol de documentos anexados para identificar documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação, sendo assim, poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que estejam desatualizados. (IN 3/2018, art 7º, caput).

8.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a desclassificação no momento da habilitação. (IN 3/2018, art 7º § único)

8.8. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, podendo ser reaberto ou prorrogado por igual período por decisão do pregoeiro.

8.9. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com preço ou percentual de desconto.

8.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente serão feitas em relação ao licitante vencedor.

8.11. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

8.12. Após a extintos os prazos de envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em razão de diligência. (Art 64 Lei 14133/21 e IN 73/22 art 39,§ 4º)

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação. A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo definido na cláusula 7.10.

8.15. Os licitantes **que não estiverem com as certidões atualizadas** no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10, deverão incluir a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, NO MOMENTO QUE FOR SOLICITADO PELO PREGOEIRO nas condições seguintes:



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

8.16. Habilitação jurídica:

8.16.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.16.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.16.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.16.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, da Instrução Normativa nº 81, de 10/06/2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI.

8.16.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.17. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.17.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;

8.17.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;

8.17.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal;

8.17.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – CNDT;

8.17.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.18. Qualificação Técnica

8.18.1. Capacidade técnico-operacional comprovada mediante apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome do licitante (empresa), comprovando comprovada a aptidão para desempenho de atividade **de gestão de mão de obra**, pelo período de 01 (um) ano, bem como, comprovar que executou ou executa serviços demonstrando o gerenciamento de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de postos de trabalho previstos no termo de referência para cada item. Para efeito da comprovação técnico-operacional não será admitida a apresentação de atestados em nome de empresas subcontratadas.

8.18.2. A licitante deverá apresentar declaração de que instalará escritório no município da prestação do serviço ou região (cidades de Mafra – SC ou Rio Negro – PR), a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido deverá declarar a instalação e/ou manutenção do escritório.

8.18.3 Atestado de Visita ao local da prestação dos serviços;

8.18.3.1. Para obter o **Atestado de Visita ao local** da prestação dos serviços, os interessados deverão comparecer ATÉ o dia **12/05/2026** na sede da Prefeitura Municipal AGENDANDO PREVIAMENTE com o Sr. MATHEUS ADALBERTO DOS SANTOS, através do telefone 47-3511-9382.

8.18.3.2. **O Atestado poderá ser substituído por Declaração Formal (Anexo VI)** assinada pelo **responsável legal** da proponente, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, sob as peculiaridades da lei, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avanços técnicos ou



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

financeiras com a contratante.

8.18.3.3. Declaração, que a empresa tem o conhecimento prévio acerca dos serviços a serem executados e as necessidades de atendimento de todos os procedimentos legais para essa execução do objeto.

8.19. Qualificação Econômico Financeira:

8.19.1. **Certidão Negativa de Feitos sobre Falência** com data de emissão inferior a 90 (noventa) dias da abertura do processo licitatório, ou dentro da vigência quando esta estiver indicada no próprio documento.

8.19.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social;

8.19.2.1. As empresas que adotam o Livro Diário, na forma física, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício extraídos dos próprios Livros Diários, acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento do mesmo, contendo a assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa e ainda, registrado ou com requerimento de autenticação na Junta Comercial ou registrado no Cartório de Registro;

8.19.2.2. As empresas que adotam o SPED (Sistema Público Escrituração Digital) deverão apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, extraído do próprio sistema digital (SPED), acompanhado dos respectivos termos de abertura e encerramento do mesmo e termo de autenticação ou recibo de entrega de escrituração contábil digital (conforme Decreto Federal nº 8.683/16), preferencialmente vistados em todas as páginas pelo representante legal da empresa;

8.19.2.3. O Balanço Patrimonial referente ao último exercício social será aceito somente até 30 de abril do ano subsequente;

8.19.2.4. Para avaliar a situação financeira do proponente serão considerados os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa.

a) LIQUIDEZ GERAL.....: $LG = (AC + ARLP) / (PC + PELP)$ índice mínimo $\geq 1,00$

b) SOLVENCIA GERAL.....: $SG = (AT) / (PC + PELP)$ índice mínimo $\geq 1,00$

c) LIQUIDEZ CORRENTE.....: $LC = (AC) / (PC)$ índice mínimo: $\geq 1,00$

OBS: Índices justificados de acordo com o § 5º do art. 69 da Lei 14.133/21.

8.19.2.4.1. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices da cláusula acima deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total, conforme critério de julgamento do edital.

8.20. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.20.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.21. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.22. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.23. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.24. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

8.25. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9. DOS RECURSOS

9.1. A manifestação da intenção de recorrer, se dará no prazo de no mínimo 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2.3. A recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, caso não haja interposição de recurso, ou após a regular decisão dos recursos apresentados, sempre pela autoridade competente.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

11. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o Termo Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12. DO PREÇO

12.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

13. DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

14.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela

15.2. Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pelo Fornecedor e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

15.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada/beneficiária da ata não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Município encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de Juros Simples.

15.3.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $ED = I \times N \times VP$, onde: ED = Encargos



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

Devidos; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da Prestação em atraso.

15.4. Nos termos do Decreto Municipal nº 77/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens, quanto prestação de serviços, conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

15.5. Para fins de IRRF de pessoas físicas, a municipalidade seguirá a Legislação Federal, aplicando a tabela de alíquotas progressivas.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa, cometer as seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo à administração pública, nacional ou estrangeira, previsto no artigo 5º da Lei 12.846/2013.

16.2. Serão aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

16.3 Na aplicação das sanções previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como, os antecedentes da licitante ou contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 156 “caput”, da Lei 14.133/2021.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, ou seja, até 12/05/2026, qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos a esse Edital.

17.2. A **impugnação e os pedidos de esclarecimento** poderão ser realizados por forma eletrônica, preferencialmente no site da prefeitura através do link [RIO NEGRO DIGITAL \(atende.net\)](http://RIO NEGRO DIGITAL (atende.net)), ou pelo e-mail licita.rionegro@gmail.com ou licitação.mun@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Bairro Seminário – CEP 83880-000, Departamento de Licitações e/ou Protocolo Central.

17.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste edital, decidir sobre



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

a impugnação no prazo de até três dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

17.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo(a) Pregoeiro(a) serão anexados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

18 - GARANTIA CONTRATUAL

18.1. Para assinatura do Contrato objeto desta licitação, será exigida da proponente vencedora, a título de garantia contratual correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, a ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, contados da assinatura do contrato, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, à escolha da licitante vencedora:

a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil..

18.2. Em se tratando de garantia prestada por meio de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito na agência do Banco do Brasil nº 2543-7, Conta Corrente nº 26271-4-PMRN-CAUÇÕES

18.3. Se a opção de garantia for pelo seguro-garantia:

a) seu prazo de validade deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de trinta dias;

b) a apólice deverá indicar o Município de Rio Negro, Estado do Paraná, como beneficiário;

c) não será aceita apólice que contenha cláusula contrária aos interesses do Município de Rio Negro, Estado do Paraná;

18.4. Se a opção for pela fiança bancária, esta deverá ter:

a) prazo de validade correspondente ao período de vigência do contrato, acrescido de trinta dias;

b) expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Município de Rio Negro, Estado do Paraná, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

c) renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro;

d) cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com o previsto neste Edital.

18.5. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva solicitação, mediante a certificação pelo(s) **Gestor(es)** do contrato de que os serviços foram realizados a contento.

18.6. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de quaisquer obrigações, inclusive indenização a terceiros, a contratada se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da data em que for notificada pelo Município de Rio Negro, Estado do Paraná.

18.7. Se houver acréscimo ao valor do contrato, a contratada se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data que for notificada pelo Município;

18.8. Ocorrerá a perda da garantia nas seguintes hipóteses:



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

I - exigida a sua prestação para participar de licitação, o adjudicatário não formalize o termo de contrato no prazo estabelecido, sem justificativa plausível aceita pela Administração;

II - o contratado der causa à rescisão do contrato;

III - outras hipóteses previstas no edital de licitação.

Parágrafo único. As multas eventualmente aplicadas serão descontadas do valor da garantia prestada.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada a ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gov.br/compras e rionegro.atende.net, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço acima indicado, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas, no mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

19.11.2. ANEXO II - Minuta do Contrato

19.11.3. ANEXO III - Justificativa pela não Exclusividade para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

19.11.4. ANEXO IV - Modelo de proposta comercial

19.11.5. ANEXO V – Planilha de custos

19.11.6. ANEXO VI – Declaração dispensa visita técnica (Modelo)

Rio Negro - PR, 28 de abril de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

(Processo Administrativo n.º 110/2026)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação dos serviços de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA NAS DEPENDÊNCIAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos:

LOTE 1					
Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Máx. Unitário	Preço Máx. Total
1	108,00	SRV	SERVIÇO DE SERVENTE PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO 40 horas	3.767,3600	406.874,88
2	1.044,00	SRV	SERVIÇO DE SERVENTE PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO (com insalubridade) - 40 horas	4.236,4300	4.422.832,92
VALOR MÁXIMO TOTAL – LOTE 1: R\$ 4.829.707,80					

NO CASO DE ALGUMA INCONSISTÊNCIA NO DESCRITIVO DOS ITENS ENTRE ESTE TERMO DE REFERÊNCIA E O CONSTANTE NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO DO TERMO DE REFERÊNCIA.

2. VALOR TOTAL MÁXIMO R\$ 4.829.707,80 (quatro milhões, oitocentos e vinte e nove mil, setecentos e sete reais e oitenta centavos).

2.1 Os preços unitários e totais máximos, por item, foram obtidos a partir de pesquisa de preços e os valores que os compuseram podem ser observados no portal da transparência do Município através do link: <https://rionegro.atende.net/>

Clicando em: Portal da Transparência ---> Suprimentos ---> Compras---> Licitações gerais -- -- Inserir dados do processo no filtro de pesquisa

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

3.1. O licitante vencedor deve executar o objeto, livre de custos extras, conforme documento denominado “Ordem de Compra”;

3.2 Prazo de execução: A execução dos serviços terá início na data indicada no contrato ou, na sua ausência, em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço, a qual será expedida após a assinatura do contrato.

3.2.1 Justificativa: O prazo estabelecido justifica-se pela necessidade de mobilização da equipe operacional, fornecimento de uniformes, equipamentos e materiais de limpeza, bem como organização das rotinas de trabalho, de forma a assegurar o início adequado e contínuo da prestação dos serviços, sem prejuízo às atividades nos prédios públicos.



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

3.3. CONDIÇÕES E EXECUÇÃO:

3.3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data indicada no instrumento contratual, observada ainda a forma do artigo 105 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.3.2. Para assinatura do Contrato será exigida da proponente vencedora, a título de garantia contratual correspondente a 5% (**cinco por cento**) do valor do Contrato, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei n.º 14.133/2021, à escolha da licitante vencedora.

3.3.2.1. Tratando-se de serviços contínuos nas prorrogações contratuais renovar-se-á garantia contratual, utilizando o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos.

3.3.2.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverão ser prestadas em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

3.3.2.2. No caso de seguro-garantia, a apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

3.4 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES, inerentes a todas as secretarias, garantindo a qualidade, segurança e conformidade com as normas aplicáveis:

a) Os empregados da Contratada deverão possuir treinamento específico para poderem desempenhar as funções que irão exercer;

b) Todos os empregados devem, obrigatoriamente, utilizar os EPIs necessários e adequados à execução de acordo com as exigências e a natureza de cada serviço, de conformidade com a legislação em vigor;

c) Os empregados devem se apresentar para o serviço, devidamente uniformizados e identificados - (crachá com identificação);

d) Os empregados deverão ser submetidos a exames médicos admissionais e rotineiros, que deverão ser mantidos em dia, inclusive os previstos na NR-35 do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura.

3.4.1 JORNADA DIÁRIA E SEMANAL, inerentes a todas as secretarias

JORNADA DIÁRIA	JORNADA SEMANAL
8 horas	40 horas

3.4.1.1. Conforme o horário de atendimento de cada local onde ocorrerá a prestação dos serviços, ao qual o profissional estará vinculado;

3.4.1.2. Poderá haver alguns ajustes nos horários de trabalho, dependendo das necessidades.

3.5 DA FISCALIZAÇÃO

3.5.1 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

3.5.2 O fiscal do contrato, através de servidor devidamente designado, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

3.5.2.1 A fiscalização dos Serviços de Servente de Limpeza ficará a cargo do servidor Matheus Adalberto dos Santos e em caráter substitutivo a fiscal suplente Sr. Juarez Konopka.

3.6. DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS DO CARGO DE SERVENTE:

3.6.1 ÁREAS INTERNAS: Compreendem todos os níveis e suas dependências: (gabinetes, salas, recepção, saguão, salas de reuniões, salas de treinamento, auditórios, corredores de ligação, escadarias de acesso, banheiros, copa e cozinha, refeitórios, garagens, paredes, portas, janelas, luminárias, forros, etc).



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



3.6.1.2 DIARIAMENTE

3.6.1.2.1 Uma vez, ou sempre que solicitado:

- Varrer os pisos cerâmicos, vinílicos, de tacos, de madeira, de marmorite, de cimento, emborrachados e outros das salas de aula, refeitório e demais dependências das secretarias, conforme cronograma disponibilizado para cada unidade.
- Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- Aspirar o pó em todo o piso acarpetado e móveis em tecido;
- Remover com pano umedecido em produto adequado a cada caso, o pó das mesas, cadeiras, estantes, arquivos, balcões, prateleiras, caixilhos das janelas, persianas, bem como os demais móveis existentes inclusive aparelhos elétricos, eletrônicos, telefones, extintores de incêndio e demais itens que compõem o ambiente do Contratante;
- Esvaziar e lavar os cinzeiros localizados nas áreas destinadas para fumantes;
- Proceder à limpeza dos sanitários, bacias, assentos e pias e o piso;
- Executar demais serviços considerados à frequência diária;

3.6.1.2.2 Pelo menos duas vezes ao dia ou sempre que solicitado:

- Manter abastecidos, com papel higiênico e sabonete líquido, os banheiros, realizando vistorias durante o expediente e providenciando reposições necessárias;
- Limpar com saneantes domissanitários, os banheiros e outras áreas com umidades;
- Retirar o lixo, acondicionando-o em sacos plásticos, removendo-os para o local indicado pela administração e Direção da Unidade, procedendo a seleção dos materiais, de acordo com a classificação para fins de reciclagem;
- Limpar as escadas e corrimãos bem como os corredores, com produtos adequados;
- Proceder a coleta seletiva de plásticos, vidros, alumínio ou metais, para reciclagem;
- Zelar pelas plantas ornamentais existentes no interior das edificações do Contratante regando-as regularmente, de acordo com orientação dos jardineiros, comunicando-lhes qualquer anomalia que necessite de intervenção especializada;
- Atender com presteza qualquer solicitação de limpeza de emergência;
- Recolher as toalhas, babeeiros, panos de limpeza nas salas, entre outros;
- Realizar a lavagem na lavanderia, conforme cronograma;
- Usar produtos adequados para a limpeza de cada ambiente, evitando desperdício dos materiais de limpeza;

3.6.1.2.3 SEMANALMENTE

3.6.1.2.3.1 Uma vez na semana ou sempre que solicitado:

- Limpar, com aplicação de produtos adequados, divisórias, portas, janelas e vidraças;
- Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- Limpar e lustrar todos os móveis envernizados ou encerados, com produtos adequados a cada caso;
- Limpar com aplicação de produtos apropriados, as forrações em couro, tecido ou plástico, as cadeiras e poltronas;
- Limpar com aplicação de produtos adequados, os azulejos das paredes das instalações sanitárias e copa cozinhas;
- Limpar ou polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.
- Limpar as molduras e os espelhos com aplicação de produtos adequados, duas vezes por semana ou sempre que for necessário;
- Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicas, de marmorite e emborrachados com aplicação de detergente, cera pasta ou líquida e lustrador;
- Limpar áreas acarpetadas, com aplicação de produtos adequados, que não apresentem odor ou cheiro forte, que interfiram no ambiente de trabalho;
- Limpar com uso de espanador ou vassoura apropriada, paredes e o teto.
- Remover pó e resíduos, com utilização de pano úmido, dos quadros em geral.



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



- Executar outros serviços, quando forem solicitados ou motivados pela frequência semanal.

3.6.1.2.4 QUINZENALMENTE:

3.6.1.2.4.1 Uma vez a cada 15 dias ou quando solicitado:

- Limpeza de vidros dos espaços das unidades;

3.6.1.2.5 MENSALMENTE

3.6.1.2.5.1 Uma vez ao mês ou quando solicitado:

- Limpar paredes e rodapés, forros, caixilhos, venezianas, lavando-os se necessário;
- Limpar cortinas e persianas com uso de equipamentos, acessórios com produtos adequados a cada caso;
- Remover manchas nas paredes, portas, etc.;
- Limpar as lâmpadas e luminárias, por dentro e por fora;

3.6.1.3 ÁREAS EXTERNAS: Correspondem as áreas não edificadas, mas que integram o imóvel, como: escadas, passeios, rampas, acessos de circulação de pessoas e de veículos, jardim e áreas pavimentadas externas.

3.6.1.3.1 SEMANALMENTE:

3.6.1.3.1.1 Uma vez na semana ou quando solicitado:

- Coleta, acondicionamento e destinação adequada dos resíduos;
- Varrer as áreas pavimentadas externas;
- Lavar utilizando mangueira, vassoura com balde e/ou máquina lava-jato, as calçadas, escadas, paredes, janelas e os acessos de pessoas ou de veículos;
- Executar outros serviços quando necessário ou que sejam solicitados;

3.6.2 DO CARGO DE SERVENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS URBANOS E HABITAÇÃO:

3.6.2.1 TERMINAL RODOVIÁRIO

3.6.2.1.1 ÁREAS INTERNAS: Compreendem área de espera de ônibus, corredores, sala do administrador, sala da Junta do Serviço Militar, sala da Identificação, cozinha, banheiros masculino e feminino, bem como a sala do Empreendedor/Secretaria de Indústria e Comércio, localizada em anexo ao Terminal Rodoviário.

Os serviços de limpeza e conservação das áreas internas deverão ser executados conforme as Rotinas, atividades e frequências estabelecidas nos itens 3.6.1 do edital, bem como em seus subitens, que tratam das rotinas diárias, semanal, quinzenal e mensal, aplicando-se integralmente a todas as dependências descritas nesta unidade.

3.6.2.1.2 ÁREAS EXTERNAS: Compreendem áreas não edificadas integrantes do imóvel, como: passeios, rampas, plataforma de embarque e desembarque de ônibus, estacionamento, circulação de veículos e acessos.



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Executar os serviços de limpeza e conservação semanal das áreas externas conforme descrito no item 3.6.1.3.1, incluindo varrição, coleta de resíduos e manutenção da limpeza geral.

3.6.2.2 VELATÓRIO MUNICIPAL, CEMITÉRIO, CENTRO DE SERVIÇOS E OFICINA

3.6.2.2.1 ÁREAS INTERNAS: Compreendem todos os níveis e suas dependências, incluindo salas, recepção, saguão, corredores, escadas, banheiros, copa/cozinha e áreas de apoio.

Os serviços de limpeza e conservação das áreas internas deverão ser executados conforme as rotinas, atividades e frequências estabelecidas no item 3.6.1, bem como em seus subitens, que tratam das rotinas diárias, semanal, quinzenal e mensal, aplicando-se integralmente a todas as dependências descritas nesta unidade.

3.6.2.2.2 ÁREAS EXTERNAS: Compreendem áreas não edificadas integrantes do imóvel, como: passeios, rampas de acesso, escadas externas, estacionamento, áreas de circulação de pedestres e veículos, pátios, áreas cobertas externas, jardins, entorno da edificação, acessos e áreas de apoio externas aos velatórios.

Executar os serviços de limpeza e conservação semanal das áreas externas conforme descrito no item 3.6.1.3.1, incluindo varrição, coleta de resíduos e manutenção da limpeza geral.

3.6.2.3 PRAÇA JOÃO PESSOA e PRAÇA ALEMÃ

3.6.2.3.1 ÁREAS EXTERNAS: Compreendem passeios, rampas, jardins, acessos e equipamentos do Parque Infantil Celso Antonio Henning (balança, escorregadores, gangorras, gira-gira, tuneis, etc).

Executar os serviços de limpeza e conservação semanal das áreas externas conforme descrito no item 3.6.1.3.1, incluindo a limpeza de todos os equipamentos do Parque Infantil, bancos e espaços adjacentes.

3.6.3 DO CARGO DE SERVENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DOS ESPORTES:

3.6.3.1 ÁREAS INTERNAS: Compreendem quadras, arquibancadas, salas administrativas, vestiários, banheiros, depósitos, lavanderia, cabines e demais dependências.

Os serviços de limpeza e conservação das áreas internas deverão ser executados conforme as rotinas, atividades e frequências estabelecidas no item 3.6.1, bem como seus subitens, que tratam das rotinas diárias, semanal, quinzenal e mensal, aplicando-se integralmente a todas as dependências descritas nesta unidade.

3.6.4 DO CARGO DE SERVENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA

3.6.4.1 ÁREAS EXTERNAS: Correspondem às áreas do Parque São Luís de Tolosa, Centro Ambiental Casa Branca, vias adjacentes e estacionamento da Prefeitura.

Executar os serviços de limpeza e conservação semanal das áreas externas conforme descrito no item 3.6.1.3.1, ou conforme orientação da própria secretaria. Os serviços desta unidade incluem o manuseio com o soprador a gasolina para realizar a limpeza das folhas secas da entrada, regiões adjacentes e trilhas do parque. Limpeza com aplicação de produtos adequados de todo o Centro Ambiental Casa Branca. Juntar o lixo, galhos e demais objetos que estejam na rua Juvenal Ferreira Pinto em frente ao Parque São Luís de Tolosa.

Limpar e recolher lixo e demais objetos no estacionamento da Prefeitura Municipal. Executar outros serviços



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



quando necessário ou que sejam solicitados.

3.6.5 DO CARGO DE SERVENTE PARA AS DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS: SAÚDE, CULTURA, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E INDÚSTRIA E COMÉRCIO

3.6.5.1 Para as demais secretarias não citadas anteriormente, os serviços de limpeza e conservação deverão observar as mesmas diretrizes dos itens 3.6.1 e 3.6.1.3.1, seguindo seus respectivos desdobramentos, que tratam das rotinas internas diárias, semanais, quinzenais e mensais, e das rotinas externas semanais.

3.6.5.2 Deverão, ainda, ser executados todos os demais serviços pertinentes ao cargo de servente, sempre que necessário ou quando solicitados pela Administração, desde que compatíveis com as atribuições da função.

3.6 DAS ATIVIDADES INSALUBRES

3.6.1 As atividades caracterizadas como insalubres, especialmente aquelas relacionadas à limpeza de sanitários de uso público ou coletivo, deverão, sempre que possível, ser concentradas em postos de trabalho específicos, preferencialmente organizadas em equipe própria, com vistas à otimização da execução dos serviços, padronização dos procedimentos e melhor controle dos custos envolvidos.

3.6.2 A definição, dimensionamento e organização dessas equipes será de responsabilidade de cada Secretaria requisitante, devendo observar as particularidades de cada unidade, bem como os quantitativos de postos previstos no documento “Quantitativo por Secretaria”, no qual constam as distribuições de postos de trabalho, incluindo aqueles sujeitos ao adicional de insalubridade.

3.7 ENDERÇOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.7.1 Secretaria Municipal de Saúde

Nº	Local de prestação dos serviços	Nº de vagas para o cargo de servente de limpeza
1	ESF Prefeito Antonio Bossi Endereço: Rua Mirtes Ferreira, 45 – Bairro Bom Jesus	1
2	ESF Antonio Abdala José Endereço: Rua Adolfo Alois Pfeffer, s/nº – Bairro Alto	1
3	ESF Alziro Alves Endereço: Rua Ervino Paulo Weinschütz, 2900 – Localidade da Roseira	1
4	ESF Vereador Luiz Michelski Endereço: Lageado dos Vieiras, s/nº – Distrito Lageado dos Vieiras	1
5	UBS Francisco Telmann Endereço: – Campina dos Martins, s/nº - Interior	1

**MUNICÍPIO DE RIO NEGRO****ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

6	ESF Euclides de Oliveira Braz Endereço: Fazendinha, s/nº – Interior	1 - Dividida entre as 2 Unidades em dias intercalados conforme cronograma
7	Unidade de Apoio Campina dos Andrades Endereço: Campina dos Andrades, s/nº – Interior	
8	ESF Ayres Hirt Endereço: Rua Cides Stafin, 48 – Bairro Alto	1
9	ESF Jorge Ricardo Hirt Endereço: Rua Emílio Von Linsingen, nº 325 – Estação Nova	1
10	ESF Synesio José de Almeida Becker Endereço: Rua XV de Novembro, 1435 – Bairro Campo do Gado	1 - Dividida entre as 2 Unidades em dias intercalados conforme cronograma
11	Academia da Saúde Endereço: Rua Brasília Celestino, nº 60 - Bairro Campo do Gado	
12	ESF Rubens Antonio Zageski Endereço: Rua São Judas Tadeu, 1345 – Bairro Vila São Judas Tadeu	1
13	UBS Vereador Irajá Martins Endereço: Rua Praça Santo Angelo, nº 0 – Vila Militar	1
14	CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Endereço: Rua Bom Jesus, 38 - Centro	1
15	Complexo de Saúde Oscar Koster Rua Francisco Xavier da Silva, 815 – Centro	2
16	Casa de Assistência e Saúde da Mulher e Criança Endereço: Rua Nicolau Mader, nº 498 – Bairro Centro	1
17	Secretaria Municipal de Saúde Praça João Pessoa, 131 – Centro	1
18	Vigilância em Saúde Travessa 7 de Setembro, 40 – Praça João Pessoa – Centro	1
19	Espaço TEA Rua Antônio de Paula Valério, 157 - Centro	1
TOTAL		18



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



3.7.2 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Nº	Local de prestação dos serviços	Nº de vagas para o cargo de servente de limpeza
1	Centro de Cultura Agostinho Paizani Rua Getulio Vargas, 680 - Centro	1 - Dividida entre as 2 unidades em dias intercalados conforme cronograma
2	Secretaria de Cultura Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 - Seminário	
TOTAL		1

3.7.3 Secretaria Municipal de Administração

Nº	Local de prestação dos serviços	Nº de vagas para o cargo de servente de limpeza
1	Paço Municipal Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 - Seminário	4
2	Antigo Paço Praça João Pessoa nº8	1
3	Arquivo Público Rua Juvenal Ribeiro da Silva nº 95	1 – Dividida entre as unidades
4	Central de Monitoramento Rua Juvenal Ribeiro da Silva nº85	
TOTAL		6

3.7.4 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Nº	Local de prestação dos serviços	Nº de vagas para o cargo de servente de limpeza
1	Estádio Municipal de Futebol Ervino Cristiano Gustavo Metzger Rua Ludovico Schuster, 255 – Bairro Estação Nova.	5 – Divididas entre as unidades
2	Secretaria de Esporte - Ginásio de Esportes José Muller e Academia de Ginástica Praça Santo Ângelo, 60 Vila Militar	
3	Ginásio de Esportes Professor Uiraçu Pirajá Gonçalves Martins - Rua 8 De Dezembro, s/nº	
TOTAL		6



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



3.7.5 Secretaria Municipal de Educação

Nº	Local de prestação dos serviços	Nº de vagas para o cargo de servente de limpeza
1	Escola Municipal Ana Zornig Rua Maximiliano Pfeffer, nº 1960, Bairro Estação Nova	5
2	Escola Municipal Professor Celso Catalan Rua Camarista João Hirt, nº 72, Centro	3
3	Escola Municipal Rural Eraldo Germano Plautz Localidade Cunhupã	1
4	CMEI Prefeito Alceu Antonio Swarowski Distrito Lageado dos Vieiras	2
5	Escola Municipal João Braz de Oliveira Localidade Fazendinha I	1
6	Escola Municipal José de Lima Localidade Alto das Palmeiras	2
7	CMEI Agostinho Paizani Rua Frei Eraldo Maria, s/n, Bairro Alto	3
8	Escola Municipal Olavo Bilac Bairro Vila São Judas Tadeu	1
9	Escola Municipal Paulino Valério Localidade Lençol	1
10	Escola Municipal Ricardo Nentwig Rua Jorge Wiesenthal, Bairro Bom Jesus	3
11	Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida Rua Frei Eraldo Maria, Bairro Alto	3
12	CMEI Claci Maria de Lima Estrada Principal da Roseira	2
13	CMEI Silvestre Maess Rua Major José Dequech	3
14	CMEI Tia Fani Rua Ingrácio Schelbauer	2
15	Escola Municipal Tia Apolônia Rua Nicolau Valério, nº 420, Bairro Vila Paraíso	3

**MUNICÍPIO DE RIO NEGRO****ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

16	Escola Municipal Duque de Caxias Distrito Lageado dos Vieiras	2
17	CMEI Lenir Rodrigues Rua Arthur Caesar, nº 200, Bairro Bom Jesus	4
18	Escola Municipal Venceslau Muniz Rua Juvenal Ferreira Pinto, nº 3150, Localidade Sítio dos Rauem	2
19	Escola Municipal Mathias Augusto Bohn Rua Brasília, nº 27, Bairro Vila Zelinda	3
20	Escola Municipal João da Silva Machado Rua Alfredo de Almeida, nº 230, Centro	2
21	Secretaria Municipal de Educação Rua Juvenal Ferreira Pinto, nº 2070	2
TOTAL		50

3.7.6 Secretaria Municipal de Assistência Social

Nº	Local de prestação dos serviços	Nº de vagas para o cargo de servente de limpeza
1	Secretaria de Assistência Social Rua Dr. Vicente Machado, nº 148 – Centro	1
2	CREAS Rua Severo Almeida, nº 433 – Campo do Gado	1
3	CRAS Rua Jacob Schelbauer, nº 125 – São Judas Tadeu	1
4	Casa de Passagem Professora Jane Sabino Ferreira e Casa de Passagem da Mulher Rua Emílio von Linsingen, nº 261 – Estação Nova	2
5	Centro de Convivência Henrique Witt Rua Osvaldo Grein, nº 80 – Bairro Alto	1
TOTAL		6

3.7.7 Secretaria Municipal de Obras, Serviços urbanos e Habitação

Nº	Local de prestação dos serviços	Nº de vagas para o cargo de servente de limpeza
1	Terminal rodoviário Municipal Rua Severo de Almeida, Bairro Campo do Gado	

**MUNICÍPIO DE RIO NEGRO****ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

2	Secretaria de Indústria e Comércio / Sala do Empreendedor (anexo ao terminal rodoviário) Rua Severo de Almeida, Bairro Campo do Gado	2 – Dividas entre as unidades
3	Velatório Municipal Rua Joaquim Teixeira Sabóia	1
4	Praça João Pessoa , centro (Banheiro) Praça Rubens Dias da Silva (banheiro) Praça Alemã , Bairro Bom Jesus (banheiro)	1
5	Oficina – Centro de Serviço Rua Professor João Raimundo, 434, Centro	1
6	Sub Prefeitura Rua Luiz Neppel - Lageado dos Vieiras	1
TOTAL		6

3.7.8 Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

Nº	Local de prestação dos serviços	Nº de vagas para o cargo de servente de limpeza
1	Agência do Trabalhador Prédio Sede, localizado na Rua Dr. Vicente Machado, 525, Centro de Rio Negro	1
TOTAL		1

3.7.9 Secretaria Municipal de Agricultura

Nº	Local de prestação dos serviços	Nº de vagas para o cargo de servente de limpeza
1	Parque São Luiz de Tolosa Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, bairro Seminário	3
TOTAL		3

3.8. Os produtos/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta, caso não estejam de acordo será efetivada a aplicação das penalidades.

3.9. Os produtos/serviços serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante aceite apostado na NF.

3.10. O recebimento provisório ou definitivo dos produtos/serviços não exclui a responsabilidade da licitante pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata de registro de Preços.



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1. São obrigações da Contratante:
- 4.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 4.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 4.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que ele seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 4.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 4.6. Efetuar o pagamento do ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no termo de referência.
- 4.7. Aplicar ao contratado quando descumprimento, as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 4.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 5.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 5.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 5.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 5.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 5.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 5.1.6. Indicar preposto para representa-la durante a execução do contrato.
- 5.17. Em decorrência das licitações que tenham como objeto a contratação e/ou prestação de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as) deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e/ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.
- 5.18. É responsabilidade da empresa licitante a comprovação da condição de vulnerabilidade e/ou risco social por meio da apresentação de declaração da Assistência Social do Município em que ocorrerá a execução do contrato de trabalho de aprendizagem.
- 5.19 Não será habilitada a empresas que se encontre em descumprimento da cota de aprendizes, considerando que a inobservância da respectiva obrigação implica reconhecer a ausência de habilitação social e trabalhista.



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



5.20 Cabe à contratada, uma vez a cada 06 (seis) meses da assinatura do contrato, a obrigação de comprovar o cumprimento da cota de aprendizes por intermédio do seguinte link disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz> . O documento será apresentado ao fiscal do contrato.

5.21 Durante toda a execução contratual, o cumprimento da cota de aprendizes pela empresa contratada, consistente na obrigação de empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, supletivamente, em escolas técnicas ou entidades sem fins lucrativos, número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos(as) trabalhadores(as) existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações.

5.22 Aplicam-se aos casos as disposições do Art. 7º, XXXIII da CRFB/88; Art. 44. ao Art.47 do Decreto nº 9.579, de 2018.

5.23 A contratada compromete-se em cumprir durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como, as reservas de cargos previstas na legislação.

5.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

7. CONTROLE DA EXECUÇÃO

7.1. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei 14.133/2021.

7.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Rio Negro - PR, 28 de abril de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE RIO NEGRO****ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

**ANEXO II
(MINUTA CONTRATO)****CONTRATO N.º xxx/2026
Ref.: Pregão Eletrônico Nº xx/2026****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
RIO NEGRO E A EMPRESA Nome do Fornecedor**

O Município de Rio Negro PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, inscrito no CPF/MF sob n.º **936.249.729-87**, a seguir denominada **CONTRATANTE** **Nome do Fornecedor**, pessoa jurídica de direito privado, sita na **Nome do Logradouro**, n.º **Número do Imóvel**, na cidade de **Nome da Cidade/Sigla do UF**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **Número do CNPJ/CPF**, neste ato representada por, **Nome do Representante da Contratada**, Representante Legal, inscrito(a) no CPF/MF sob n.º **CPF do Representante da Contratada** a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, assim como pelas condições do Edital de Descrição da Modalidade Número da Modalidade /Ano do Processo e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA NAS DEPENDÊNCIAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, conforme quantidades e especificações constantes abaixo:

LOTE/GRUPO 1					
Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	108,00	SRV	SERVIÇO DE SERVENTE PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO 40 horas		
2	1.044,00	SRV	SERVIÇO DE SERVENTE PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO (com insalubridade) - 40 horas		
VALOR TOTAL Lote/grupo R\$					

Parágrafo Único: Integram e completam o presente Contrato, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do Pregão Eletrônico 024/2026, Termo de Referência com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA VALOR CONTRATUAL

2.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ **Valor total por fornecedor** (2 casas decimais) (Valores Totais Fornecedor Extenso).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela.

3.2. Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pelo Fornecedor e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

3.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada/beneficiária da ata não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Município encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de Juros Simples.

3.4. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $ED = I \times N \times VP$, onde: ED = Encargos Devidos; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da Prestação em atraso.

3.5. Nos termos do Decreto Municipal nº 77/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens, quanto prestação de serviços, conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

3.5.1. Para fins de IRRF de pessoas físicas, a municipalidade seguirá a Legislação Federal, aplicando a tabela de alíquotas progressivas.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da execução do objeto, cujo programa de trabalho e elemento de Despesa específico constará da respectiva Nota de Empenho, correrão a conta dos recursos consignados no Orçamento Geral do Município, conforme a seguir relacionados:

Código Reduzido: 139 Itens: 2, 1

Órgão: 05 - Secret Municipal de Administração - SADM

Unidade: 002 - Departamento Administrativo - da

Ação: 2011 - Serviço Administrativo

Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)

Subelemento: 3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido: 1007 Itens: 2, 1

Órgão: 13 - S.M.Obras, Serv Urbanos e Habitação - SOSUH

Unidade: 002 - Depto de Urbanismo e Ser. Público - Dusp

Ação: 2053 - Núcleo de Serviços Urbanos

Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)

Subelemento: 3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido: 1090 Itens: 1

Órgão: 14 - Desconcentração Territorial

Unidade: 001 - Administração do Lageado

Ação: 2059 - Serviço de Administração Geral - Lageado

Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)

Subelemento: 3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido: 570 Itens: 1

Órgão: 09 - Secretaria M de Indústria e Comércio - SIC

Unidade: 002 - Depto de Ind., Com. e Serviços - Eics

Ação: 2032 - Apoio a Indústria, Comércio e Serviço

Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)

Subelemento: 3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido: 605 Itens: 1

Órgão: 10 - Sec. de Agricult. e Meio Ambiente - SAMA

Unidade: 003 - Departamento de Meio Ambiente - Dema

Ação: 2037 - Controle Ambiental

Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)

Subelemento: 3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido: 480 Itens: 2

Órgão: 07 - Sec. Munic de Cultura e Turismo - SECTUR

Unidade: 003 - Departamento de Ação Cultural - Dac

Ação: 2029 - Ação Cultural

Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)

Subelemento: 3339039789900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido: 635

Itens: 2

Órgão: 11 - Sec. M. Saúde - SMS/Fundo M. de Saúde - FMS



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Unidade: 001 - Gabinete do Gestor - Ga
Ação: 2126 - Gestão do SUS
Vínculo: 00303 – SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
Subelemento: 3339037020200000000 - Limpeza e conservação da saúde pública

Código Reduzido: 778 Itens: 2
Órgão: 11 - Sec. M. Saúde - SMS/Fundo M. de Saúde - FMS
Unidade: 004 - Departamento de Assistência à Saúde - das
Ação: 2135 - Atenção Primária em Saúde
Vínculo: 00303 – SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
Subelemento: 3339037020200000000 - Limpeza e conservação da saúde pública

Código Reduzido: 688 Itens: 2
Órgão: 11 - Sec. M. Saúde - SMS/Fundo M. de Saúde - FMS
Unidade: 003 - Depto Tec. Apoio as Acoes Saude - Dats
Ação: 2129 - Vigilância Epidemiológica
Vínculo: 00303 – SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
Subelemento: 3339037020200000000 - Limpeza e conservação da saúde pública

Código Reduzido: 1231 Itens: 2
Órgão: 11 - Sec. M. Saúde - SMS/Fundo M. de Saúde - FMS
Unidade: 004 - Departamento de Assistência à Saúde - das
Ação: 2135 - Atenção Primária em Saúde
Vínculo: 10291 - Incremento PAP - Proposta 36000709453202500 - Emenda 50410001
Subelemento: 3339037020200000000 - Limpeza e conservação da saúde pública

Código Reduzido: 713 Itens: 2
Órgão: 11 - Sec. M. Saúde - SMS/Fundo M. de Saúde - FMS
Unidade: 004 - Departamento de Assistência à Saúde - das
Ação: 2130 - Atenção à Saúde Mental
Vínculo: 00303 – SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
Subelemento: 3339037020200000000 - Limpeza e conservação da saúde pública

Código Reduzido: 531 Itens: 2
Órgão: 08 - Secretaria Mun de Esportes e Lazer - SEL
Unidade: 002 - Departamento de Esportes e Lazer - Del
Ação: 2078 - Manutenção do Esporte
Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Subelemento: 3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido: 386 Itens: 2
Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação - SMED
Unidade: 004 - Departamento de Infra Estrutura - Die
Ação: 2023 - Educação Infantil/Creche
Vínculo: 00103 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
Subelemento: 3339037020100000000 - Limpeza e conservação da rede escolar

Código Reduzido: 386 Itens: 2
Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação - SMED
Unidade: 004 - Departamento de Infra Estrutura - Die
Ação: 2023 - Educação Infantil/Creche
Vínculo: 00103 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
Subelemento: 3339037020100000000 - Limpeza e conservação da rede escolar

Código Reduzido: 423 Itens: 2
Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação - SMED
Unidade: 004 - Departamento de Infra Estrutura - Die
Ação: 2110 - Educação infantil/Pré-Escola
Vínculo: 00103 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
Subelemento: 3339037020100000000 - Limpeza e conservação da rede escolar

Código Reduzido: 248 Itens: 2
Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação - SMED
Unidade: 002 - Depto de Educ. Perman. e Profis. - Depp
Ação: 2017 - Ensino Fundamental
Vínculo: 00104 - 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS COM A EDUCAÇÃO
Subelemento: 3339037020100000000 - Limpeza e conservação da rede escolar

Código Reduzido: 286 Itens: 2
Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação - SMED
Unidade: 002 - Depto de Educ. Perman. e Profis. - Depp
Ação: 2102 - Administração
Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Subelemento: 3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

Código Reduzido: 833 Itens: 2
Órgão: 12 - Secretaria M de Assistência Social - SAS
Unidade: 001 - Gabinete de Assessoramento - Ga
Ação: 2045 - Serviço de Administração Geral - Assistência Social



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Vínculo: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)

Subelemento: 3339037029900000000 - Limpeza e conservação demais setores da administração

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5.1. O preço global para a execução do objeto será fixo, com a incidência do índice de reajustamento de preço (IPCA), com data-base vinculada à data do orçamento estimado contado em 17/04/2026.

5.2. Após o interregno de um ano do reajustamento de preço ref. item 5.1 e, independente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha ser extinto ou de qualquer forma não possam ser utilizados, serão adotados em substituição os que vierem determinados pela legislação em vigor.

5.5. Os registros de reajustamento de preço, que não caracterizem a alteração do contrato, podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. A contratada deverá executar o objeto conforme o indicado no termo de referência do edital, bem como proposta apresentada.

6.2. Os produtos/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta, caso não estejam de acordo será efetivada a aplicação das penalidades.

6.3. Os produtos/serviços serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante aceite aposto na NF.

6.4. O recebimento provisório ou definitivo do produto não exclui a responsabilidade da licitante pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 São obrigações do Contratante:

7.2 Compete ao município:

a) Disponibilizar, sem ônus para a CONTRATADA, locais adequados e pessoal de apoio para a realização do ato público de sorteio, se este for o último critério de desempate designado no edital de Licitação.

b) Disponibilizar, local adequado para a realização das provas, bem como, materiais, EPI's veículos e equipamentos para aqueles cargos que terão prova prática;

c) Homologar e publicar o edital final de classificação do concurso

7.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.4 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.5 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.7 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.8 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.9 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

7.10 Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.11.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

7.13 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, bem como as constantes no edital, termo de referência e em seus anexos, em especial as constantes no anexo V do edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

8.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

l) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

8.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

II) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

8.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

8.15 Cumprir, além dos postulados legais viatuagentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.16 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.17 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

8.18 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.19 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.20 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.21 Em decorrência das licitações que tenham como objeto a contratação e/ou prestação de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as) deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e/ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.

8.22 É responsabilidade da empresa licitante a comprovação da condição de vulnerabilidade e/ou risco social por meio da apresentação de declaração da Assistência Social do Município em que ocorrerá a execução do contrato de trabalho de aprendizagem.

8.23 Não será habilitada a empresas que se encontre em descumprimento da cota de aprendizes, considerando que a inobservância da respectiva obrigação implica reconhecer a ausência de habilitação social e trabalhista.

8.24 Cabe à contratada, uma vez a cada 06 (seis) meses da assinatura do contrato, a obrigação de comprovar o cumprimento da cota de aprendizes por intermédio do seguinte link disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz> . O documento será apresentado ao fiscal do contrato.

8.25 Durante toda a execução contratual, o cumprimento da cota de aprendizes pela empresa contratada, consistente na obrigação de empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, supletivamente, em escolas técnicas ou entidades sem fins lucrativos, número de



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos(as) trabalhadores(as) existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações.

8.26 Aplicam-se aos casos as disposições do Art. 7º, XXXIII da CRFB/88; Art. 44. ao Art.47 do Decreto nº 9.579, de 2018.

8.27 A contratada compromete-se em cumprir durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como, as reservas de cargos previstas na legislação.

8.28 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E/OU INADIMPLENTO CONTRATUAL

9.1 Por atos ilícitos cometidos na licitação ou na execução do contrato, o Município, garantida a prévia defesa, aplicará as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos incisos “II”, “III” e “VII” do artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave; (art 156 § 4º, Lei 14.133/2021);

c) **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X e XII do artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021, bem como, os incisos II, III e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave. (art 156, § 5º da Lei 14.133/2021).

d) **Multa**: A sanção de multa de 5% (cinco por cento) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

e) O valor da multa aplicada poderá ser quitada espontaneamente em favor do contratante, compensada ou inscrita em dívida ativa.

f) Certificado, pela Secretaria interessada e/ou fiscal do contrato, o atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei 14.133 de 2021.

9.2 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante. (art. 156 § 9º Lei 14.133/2021).

9.3 Demais sanções previstas na legislação aplicável.

CLÁUSULA DEZ – DA RESCISÃO E EXTINÇÃO

10.1. O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 137 147 da Lei Federal

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA ONZE – DA GARANTIA

11.1 Para garantia da fiel execução dos compromissos ajustados no presente CONTRATO, a CONTRATADA, prestará a caução correspondente a **5% (cinco por cento) do valor global** deste Termo,



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

no ato da assinatura do mesmo, sendo-lhe facultativo prestá-la mediante caução em dinheiro, em título da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia.

11.1.1 A caução e demais garantias prestadas pela CONTRATADA em favor do Município de Rio Negro, Estado do Paraná, lhe será devolvida após o recebimento definitivo dos serviços, sem quaisquer acréscimos de juros, correção monetária ou qualquer reajustamento, exceto aquela prestada em moeda corrente, atualizada monetariamente.

11.1.2 A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva solicitação, mediante a certificação pelo Gestor do contrato de que os serviços foram realizados a contento.

11.1.3 Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de quaisquer obrigações, inclusive indenização a terceiros, a contratada se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da data em que for notificada pelo Município de Rio Negro, Estado do Paraná.

11.1.4 Se houver acréscimo ao valor do contrato, a contratada se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data que for notificada pelo Município de Rio Negro, Estado do Paraná.

11.1.5 Como trata-se de serviço contínuo, nas prorrogações contratuais renovar-se-á garantia contratual, utilizando o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos.

CLÁUSULA DOZE – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA TREZE – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. O prazo de vigência da contratação é <12 (doze) meses>, contados a partir de sua assinatura PODENDO SER PRORROGADO.

CLÁUSULA QUATORZE – SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINZE – DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

15.1 A gestão deste contrato, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas, ficará a cargo do(a) do(a) Gestor(a) do contrato.

15.2 Caberá ao fiscal do contrato e em caráter substitutivo ao fiscal suplente o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual, nos termos do DECRETO Nº 027/2023.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 14.133/2021 e da legislação aplicável à espécie.



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



CLÁUSULA DEZESETE - DO FORO

17.1 Fica eleito o foro da Comarca de Rio Negro PR, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente, por si e seus sucessores, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Rio Negro, Data da Assinatura.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Nome do Representante da Contratada
Nome do Fornecedor

FISCAIS:

MATHEUS ADALBERTO DOS SANTOS
Fiscal do Contrato

JUAREZ KONOPKA
Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS:

VERA MARIA PFEFFER SCHELBAUER
Gestor do Contrato
Secretária Municipal de Educação

TATIANE IZABELE SCHENOVEBER RODRIGUES
Secretária Municipal da Fazenda



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



ANEXO III

JUSTIFICATIVA PELA NÃO EXCLUSIVIDADE DE ITENS PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Em atendimento ao artigo 49 da Lei Complementar nº. 123/2006, justifica-se a não realização da exclusividade de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte pela não existência de no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados no porte estabelecido sediados dentro da Microrregião Geográfica Rio Negro ou também conhecida como Microrregião 39; a qual abrange as cidades de: Agudos do Sul, Campo do Tenente, Piên, Quitandinha, Rio Negro e Tijucas do sul. Tal região foi definida na Lei Municipal Complementar 027/2016 em seu artigo 28 § 3º, sendo sua classificação e delimitação dada pelo IBGE e IPARDES.

A constatação da quantidade de fornecedores competitivos foi possível por meio de consulta ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), plataforma na qual fornecedores interessados em participar do processo deverão estar cadastrados. Na plataforma pesquisando pela linha de fornecimento igual/similar ao objeto do edital não foi encontrado o número mínimo de 3 (três) fornecedores cadastrados e enquadrados como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte dentro da região pré-estabelecida.

Sendo assim, de acordo com a alínea II do artigo 49 da Lei Complementar 123/2006, conclui-se pela não realização da exclusividade de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para este Pregão.

REFERÊNCIAS:

Lei Municipal Complementar 027/2016

Lei Complementar 123/2006. Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Municípios abrangidos pela Microrregião 39: <http://www.ipardes.gov.br>



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(em papel personalizado da empresa)

Modelo editável aqui: <https://c.ipm.com.br/p16f887a6ec5ad>

PROPOSTA COMERCIAL

AO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO – PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/202x.

PROCESSO Nº xx/202x.

PROPONENTE:

N.º CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

PESSOA PARA CONTATOS:

TELEFONES:

E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS: Banco: _____ Agência: _____ Nº C/C: _____

Senhor (a) Pregoeiro (a),

Apresentamos nossa proposta de preços para o presente processo licitatório:

Item	Qtde	Un.	Especificação	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total
1							

Valor total: XX.XXX,XX (valor por extenso).

Declaramos que no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O prazo de validade de nossa proposta é de ____ (_____) dias, contados da data de sua apresentação. (Obs.: Não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias).

Declaramos plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Dados do representante legal da empresa para assinatura do contrato:

Nome:	CPF:
Data de Nascimento:	RG nº:
Cargo/Função:	Exped RG:
Endereço completo:	
Email:	Telefone:

Local, data, nome e assinatura do responsável legal da empresa



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



ANEXO V

MODELO PLANILHA DE CUSTOS

TODOS OS ANEXOS SÃO DISPONIBILIZADOS VIA INTERNET na página oficial do município, qual seja:

<https://rionegro.atende.net>

Clicando em PORTAL DA TRANSPARÊNCIA → Suprimentos → compras → Licitações gerais → inserir no filtro os dados do processo (“Ano”:2026 – “modalidade”: Pregão Eletrônico – Lei 14.133/2021)

- Localizar o pregão, clicar na Lupa e acessar o anexo escolhido



MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47



Rio Negro - Paraná

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA (MODELO)

A empresa _____ (nome da empresa) _____ com sede
_____, (endereço da empresa) _____, na cidade
_____, estado _____, registrada no CNPJ _____,
representada por seu Sócio Proprietário ou Representante Legal
_____, (nome) _____, inscrito no CPF N° _____, declara possuir
pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, sob as
peculiaridades da lei, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para
quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante, por isso
optou por dispensar a realização da VISITA TÉCNICA.

Local e data Nome e assinatura do responsável legal